

vol. 1, n. 1 - 2025



Alese

# Revista de Informação Legislativa

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SERGIPE





## **Apontamentos de uma Caminhada no Ministério Público Cidadão – Estado de Sergipe**

*Eduardo Lima de Matos\**

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta uma retrospectiva da trajetória profissional do autor no Ministério Público do Estado de Sergipe, ao longo de mais de três décadas de atuação. A narrativa contempla desde a formação acadêmica e os primeiros passos na carreira ministerial, até os principais desafios e conquistas institucionais, com ênfase na atuação voltada aos direitos difusos e coletivos, especialmente nas áreas de meio ambiente, urbanismo e patrimônio público. Destacam-se ainda os aspectos históricos e familiares que moldaram a inserção e o compromisso do autor com a causa pública. A reflexão final aborda o papel do Ministério Público diante dos novos desafios ambientais, sociais e institucionais do século XXI.

**Palavras-chave:** Ministério Público; Meio ambiente; Direitos difusos; Urbanismo; Patrimônio público; Sergipe.

---

\* Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe. Pós-Doutor em Direito Ambiental na Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

## NOTES FROM A JOURNEY IN THE CITIZEN PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE - STATE OF SERGIPE

### ABSTRACT

This article presents a retrospective of the author's professional journey in the Public Prosecutor's Office of the State of Sergipe, spanning more than three decades of public service. The narrative covers the academic formation and the initial steps in the legal career, as well as the main challenges and institutional achievements, with emphasis on the work developed in the defense of diffuse and collective rights, particularly in the areas of environmental protection, urban planning, and public heritage. The article also highlights the historical and family aspects that shaped the author's commitment to public service. The final reflection discusses the role of the Public Prosecutor's Office in the face of new environmental, social, and institutional challenges of the 21st century.

**Keywords:** Public Prosecutor's Office; Environment; Diffuse rights; Urban planning; Public heritage; Sergipe.

## 1. INTRODUÇÃO

A história dos meus trinta e seis anos de Ministério Público começou com a caminhada da minha família em Sergipe, que se iniciou com Maria e Fernando.

Maria José Lima de Matos, baiana de Conceição do Almeida, viveu nessa cidade até se mudar para Salvador para complementar os estudos, tendo residido inicialmente com familiares e, posteriormente, na Casa de Tio Juca. Este, político de destaque na Bahia da década de 1950, mantinha duas residências – uma feminina e outra masculina – para estudantes do interior que buscavam formação na capital. Na Casa de Tio Juca, minha mãe conheceu Fernando Ferreira de Matos e, após vários anos de namoro, casaram-se e vieram para Sergipe. Residiram em Boquim, Simão Dias e Aracaju. Ela trabalhou no Jardim de Infância Augusto Maynard, onde se aposentou após completar o tempo legal de serviço.

Fernando Ferreira de Matos, baiano de Inhambupe, veio residir em Boquim por laços familiares, cursando o ginásio no Colégio Santa Terezinha. Em seguida, mudou-se para Salvador, onde também residiu na Casa de Tio Juca, cursando o antigo curso clássico e, posteriormente, a Faculdade de Direito. Cabe registrar sua passagem por Boquim, onde foi acolhido na Casa de Jacomildes Barreto e Dária Barreto, e onde, juntamente com os jovens Rinaldo Costa, Jadson Barbosa e Benjamin Fernandes Fontes, criou a Festa da Laranja – evento que permanece até os dias atuais. Formou-se na renomada Faculdade de Direito da Bahia, tendo como professores Orlando Gomes (cuja assinatura consta de seu diploma), Aliomar Baleiro, Machado Neto e Josaphat Marinho. Essa faculdade mantém seu prestígio até os dias de hoje, sendo atualmente dirigida pelo amigo Professor Doutor Júlio Cezar de Sá Rocha.

Ainda como estudante de Direito, Fernando Ferreira de Matos atuou como promotor substituto – possibilidade jurídica então existente, que supria a falta de promotores de carreira. Após a formatura, foi aprovado

no primeiro concurso do Ministério Público de Sergipe, realizado no governo de Luiz Garcia. Exerceu suas atividades até junho de 2002, quando se aposentou aos 70 anos de idade. Atuou como Promotor de Justiça nas comarcas de Gararu, Itabaianinha, Simão Dias e Aracaju, afastando-se em alguns momentos para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública nos governos de Lourival Baptista, João Alves Filho e Antônio Carlos Valadares; o de Secretário de Justiça, no governo de Antônio Carlos Valadares; e o de Diretor da Penitenciária de Aracaju, nos governos de Paulo Barreto e José Rollemburg Leite. Em 1985, foi promovido a Procurador de Justiça, exercendo a direção do Centro de Estudos e da Corregedoria-Geral, além de substituir diversas vezes o Procurador-Geral. Presidiu a Associação do Ministério Público de Sergipe entre 1983 e 1987, tendo assinado a Carta de Curitiba – documento que levou as propostas do Ministério Público Brasileiro à Assembleia Nacional Constituinte e que foi integralmente acolhido na nova Carta Constitucional. Encerrando sua trajetória no MP, atuou como interventor no Município de Canindé de São Francisco, por indicação da própria instituição. Após sua aposentadoria, desfrutou intensamente da vida até seu falecimento, em 11 de julho de 2019, aos 87 anos.

Dessa união de Maria e Fernando nasceram dois filhos: Eduardo e Magali, em datas coincidentes – Eduardo em 07 de julho de 1963, às 6h da manhã, e Magali em 07 de abril de 1973, às 18h. Assim, crescemos distantes da família que permaneceu na Bahia, amparados por amigos dessa caminhada, como Lúcia, Adélia, Anúzia, Mariinha, Hercília, Terezinha, Nídia, José Reis, Angélica, Jacomildes, Dária, Antonieta, Teobaldo, Belchior, Sônia, Gonçalo e tantos outros – peço perdão aos que não citei. Apenas dois parentes residiam em Aracaju: Sidene (já falecido) e Júlio Cesar. Este último retornou a Salvador e, em 1988, voltou a residir em Aracaju. Atualmente, também reside em Aracaju Lene, irmã de minha mãe.

Éramos quatro e continuamos a caminhada. Numa manhã de sábado do início da década de 1980, eu estava na tradicional loja Casa São Gonçalo, com minha prima Carolina Lima Torres (então com cerca de cinco meses de vida) no colo, quando dois jovens – ambos salesianos – trocaram olhares: Eduardo e Lála. O encontro foi inevitável e essa caminhada já dura 43 anos: cinco de namoro e 38 de casamento, a serem completados no próximo dia 28 de junho. Com o casamento, a família cresceu: Eduardo e Lála, Antônio, Eliane, Arthur e Heloísa. A família continuou a se expandir com Leilane, Mariane e Rodrigo. Depois vieram Silvia, Maria Eduarda e, em breve, João Pedro. Magali também se casou e a família cresceu ainda mais: Aroldo Filho, Aroldo e Inês, Filipe e Gisele. Assim fomos acolhidos e bem recebidos em Sergipe – um casal que multiplicou sua família nesta terra maravilhosa.

## 2. A FORMAÇÃO EM ARACAJU

Após morar em Boquim e Simão Dias, chegamos a Aracaju. A viagem foi feita na boleia de um caminhão, com a mudança, por uma estrada muito diferente da atual. Iniciei o pré-escolar no Jardim de Infância Augusto Maynard (local onde minha mãe trabalhou até se aposentar), depois estudei no Colégio Brasília, das professoras Alaíde, Helena (a quem visitei com 101 anos em 2018), Mili e Milu. Após concluir o primário, ingressei no Colégio Salesiano – a turma do “Salé”, que até hoje se reúne, viaja e mantém o contato. Lá permaneci até o terceiro ano do ensino médio, quando fui aprovado no vestibular de Direito da Universidade Federal de Sergipe, para o período 1982.2, concluindo o curso em 1986.1.

Do período universitário ficam as saudades das aulas dos Professores Adélia Pessoa, Gema, Jeny, Frei Pecorari, Antônio Góes, Artur Déda, Anderson Nascimento, Arlene Chagas, Bonifácio Fortes, Carlos Brito, Castro Meira, Eduardo Cabral, Eugênia Ribeiro, Fernando Macedo, José Emídio, Jussara Leal, Lícia Amaral, Luiz Bispo, Luiz Carlos Fontes

de Alencar, Marta Cruz, Wagner Ribeiro, Paulo Machado, Sérgio Monte Alegre, Silvério Fontes, Tânia Magno, Temístocles Brandão, José Henrique Maciel, dentre outros. Registro ainda que, entre 1984 e 1986, fui monitor da disciplina Introdução ao Estudo do Direito, sob coordenação da Professora Adélia Pessoa — segundo ela, fui o monitor que mais tempo permaneceu no exercício da função, dois anos. Foi um grande aprendizado, com muitas leituras. Todos conhecem a Professora Adélia, e essa experiência foi um estágio inicial para, mais adiante, seguir também na carreira acadêmica. Grandes ensinamentos foram colhidos em uma universidade pública, gratuita e de qualidade — a UFS é, atualmente, a quinta melhor do Brasil e a segunda melhor do Nordeste.

Com perfil voltado para planejamento e organização de metas, ainda na faculdade eu já dizia: primeiro o concurso do Ministério Público, depois o da Universidade Federal de Sergipe. E assim o fiz. Prestei concurso para o Ministério Público em 1987 (quando ninguém foi aprovado) e, no certame seguinte, de 1988, fui aprovado, sendo nomeado em 8 de abril daquele ano. Completo agora 36 anos de Ministério Público.

No ano de 1990, prestei concurso para a UFS, sendo nomeado para o cargo de Professor Auxiliar em 1991. Neste momento, sou decano em ambas as instituições. No período anterior, trabalhei na Secretaria de Segurança Pública e na Secretaria de Assuntos Jurídicos, hoje denominada Procuradoria-Geral do Município.

### 3. OS PRIMEIROS PASSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comecei minha carreira no Ministério Público de Sergipe na cidade de Boquim. Na ocasião, foram nomeados nove promotores: Augusto Cesar Leite de Carvalho, Cézario de Siqueira Neto, João Guilherme Carvalho, Eduardo Franklin Miranda de Oliveira, Pedro Victório Daud, Eduardo Lima de Matos, Patrício Ferreira de Farias, Carmem Lúcia Buarque de Gusmão, Héleno Ávila dos Santos Silva, Josenias França

do Nascimento e Wilton Araújo Santos. No ano de 1988, havia muitas vagas. Permaneci na Promotoria de Boquim até ser promovido para a Promotoria de Estância, sendo posteriormente removido para Aracaju, no ano de 1993. Inicialmente, atuei em Promotorias Cíveis, que, em seguida, foram transformadas na Promotoria do Controle Externo. Por fim, fui removido, pelo critério de antiguidade, para a 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, responsável por Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico, Cultural e Relevância Pública — promotoria que ocupei até minha promoção, também por antiguidade, ao cargo de Procurador de Justiça.

Em Boquim, minha terra natal, tomei posse em um cenário bem distinto do atual. O fórum funcionava em uma pequena casa, sem estrutura ou gabinetes; tampouco havia equipamentos. Adquiri uma máquina elétrica Praxis 20, e somente em 1990 foi construído o Fórum da Comarca de Boquim, sendo destinada uma unidade específica para o Ministério Público, com gabinete e alojamento. Ali começava, de forma concreta, a estruturação do Ministério Público.

Quando ingressei na instituição, ainda vigorava a Constituição de 1967, que posicionava o Ministério Público como integrante do Poder Executivo. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte acolheu as propostas constantes da Carta de Curitiba, garantindo autonomia e orçamento próprio à instituição, ou seja, todas as prerrogativas dos Poderes da República. Iniciou-se, então, um novo ciclo de reestruturação institucional. O Ministério Público, à época, funcionava no prédio histórico hoje ocupado pela Procuradoria-Geral do Estado, e foi posteriormente transferido para o Edifício Walter Franco, onde passou por várias adequações até ser instalado em sua sede atual, no bairro Capucho.

A Constituição de 1988 marcou um divisor de águas, ao assegurar independência institucional ao Ministério Público, com orçamento próprio. A partir dali, teve início um novo momento: não apenas de estruturação material, mas também de consolidação jurídica

e administrativa, com a edição da nova Lei Orgânica e de outras normas ordinárias, que garantiram as prerrogativas previstas na Carta Constitucional. Esse novo tempo foi sonhado por todos os integrantes do Ministério Público que, décadas antes, fundaram a CAEMP e elaboraram a Carta de Teresópolis, durante o Congresso Fluminense da década de 1970, na luta por prerrogativas que só se tornaram realidade em 1988.

Ingressei na instituição em um momento de transição constitucional e institucional, o que me permitiu acompanhar de perto toda a evolução e cada conquista – seja material, seja normativa – na construção de um novo Ministério Público, preparado para defender a sociedade em suas demandas mais sensíveis.

De Boquim, guardo a lembrança de uma ação civil pública contra a Rede Ferroviária, que transportava produtos químicos perigosos por dentro da cidade sem qualquer plano de contingência em caso de acidente. Dentre esses produtos, havia um gás asfixiante. Nessa ACP, o então juiz, hoje Desembargador, Cézario Siqueira Neto concedeu liminar obrigando a empresa ferroviária a elaborar o plano de contingência. O então vereador de Aracaju, Jorge Araújo, prestou depoimento nesse inquérito civil, pois já travava uma luta histórica na capital em relação ao transporte ferroviário de produtos perigosos. Outro fato interessante foi o pequeno número de ações penais. Em uma delas, o então juiz da Comarca, o Desembargador Cézario Siqueira Neto recebeu um bilhete de próprio punho de Santa Dulce dos Pobres – bilhete que guarda até hoje entre suas recordações.

Da cidade de Estância, trago a lembrança do trabalho voltado à proteção ambiental da zona costeira, da questão da contaminação de alimentos no matadouro, bem como da preservação da espécie pitu, então abundante no rio Piauitinga – espécie hoje muito rara na localidade. Naquela época, foi feito um trabalho preventivo conduzido pela ADEMA, sob a presidência de Luiz Carlos Rezende, fundamental para a preservação de tal espécie.

#### 4. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EM ARACAJU

A vinda para Aracaju coincidiu com o ingresso na luta institucional associativa, sendo eleito Presidente da Associação Sergipana do Ministério Público no período de 1993 a 1997. Faço aqui um registro curioso: meu pai, Fernando Ferreira de Matos, foi Presidente da ASMP entre 1983 e 1987, e eu, de 1993 a 1997. Ele assinou a Carta de Curitiba, e eu acompanhei a revisão constitucional.

Desse período, guardo lembranças de diversos eventos relevantes, como o Congresso Internacional de Direito Ambiental – com presenças marcantes de Ada Pellegrini Grinover, Alor Café, Celso Antônio Bandeira de Mello, Herman Benjamin e Édis Milaré – e o Congresso de Direito Público – que contou com Nelson Jobim (então relator da revisão constitucional), José Afonso da Silva, Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Roque Carrazza. Destaco também o I Congresso do Ministério Público do Nordeste, que marcou a criação da ASMP. Nessa trajetória, acompanhei no TSE a implantação da gratificação eleitoral, bem como todo o processo da revisão constitucional. Concluí esse período como Segundo Vice-Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público - CONAMP. Inclusive, os 25 anos de criação da CONAMP foram comemorados aqui em Sergipe. Na mesma época, também celebramos os 50 anos da ASMP.

No ano de 2000, fui convidado pelo então Procurador-Geral Moacir Motta para instalar a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe. Durante esse período, foram realizados diversos eventos e palestras, contando com a participação de renomados juristas como Luiz Flávio Gomes, Fredie Didier, Rogério Sanches, Renato Brasileiro, Alexandre de Moraes, entre outros. Estabelecemos uma parceria de mestrado com a FANESE e a Universidade Gama Filho, que beneficiou vários colegas.

A ESMP também realizou o primeiro concurso da Defensoria Pública de Sergipe e o primeiro concurso para o cargo de agente penitenciário do Estado – hoje denominado guarda prisional. Retornei à ESMP em

2006, durante a gestão da Dra. Cristina Mendonça, continuando na gestão de Orlando Rochadel.

Das palestras realizadas, nasceu uma amizade com Luiz Flávio Gomes – um intelectual brilhante, garantista, democratizador do ensino, simples e irrequieto. Levou seus conhecimentos a milhares de pessoas, sempre ativo, mesmo em momentos difíceis. Não me sai da memória sua frase constante: “Avante, sempre avante!” Veio a Sergipe em diversas ocasiões, sendo um aprendizado conhecer sua trajetória. Faleceu precocemente, no exercício do primeiro ano de seu mandato como Deputado Federal.

No ano de 2002, após uma intensa seca na Bacia do Rio São Francisco, o Procurador de Justiça Jarbas Soares, de Minas Gerais, articulou a criação dos Núcleos de Apoio à Bacia do Rio São Francisco nos sete Ministérios Públicos estaduais que têm influência sobre essa bacia hidrográfica. Hoje, esse núcleo é um Centro de Apoio. Foram realizadas inspeções, plantios, peixamentos e o acompanhamento do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Para exemplificar, houve um plantio de mata ciliar no Assentamento Borda da Mota, sob coordenação do colega Antônio Cezar Leite de Carvalho, com apoio da Universidade Federal de Sergipe, e uma área considerável foi recuperada. Recentemente, o colega Sandro Costa, atual Diretor do Centro de Apoio, fez uma inspeção no local e ficou impressionado com o grau de recuperação da vegetação.

Também registro a realização da primeira Fiscalização Preventiva Integrada – FPI, ação que permanece ativa em parceria com o MPE e o MPF. Trata-se de uma idealização da colega do Ministério Público da Bahia, Luciana Khoury.

Dessa época, guardo a memória da luta contra a transposição do Rio São Francisco, da qual participei ao lado do engenheiro João Alves Filho, João Abner, Apolo Heringer, Luiz Carlos Fontes, Luciana Khoury, Jorge Khoury, João Suassuna e tantos outros que escreveram o livro “Toda a Verdade Sobre a Transposição do Rio São Francisco” (2008). A obra

detalha os pontos frágeis do projeto e os danos colaterais previstos — que hoje estão se concretizando, como mostram reportagens recentes da TV Sergipe.

Em 2022, passei pelas cidades de Cabrobó e Floresta, diretamente afetadas pelas obras. Pude constatar que o que foi previsto no livro está, de fato, acontecendo: trata-se de uma obra grandiosa, porém carente de estudos preventivos adequados.

João Alves Filho conhecia profundamente e lutou pela proteção da Bacia do São Francisco, vital para a sobrevivência do Estado de Sergipe. Cerca de 60% do abastecimento de Aracaju e 58% do abastecimento do Estado dependem dessa bacia. Defender sua preservação é garantir o futuro de Sergipe. João Alves tinha plena consciência disso.

O Papa Francisco, na Encíclica Laudato Si, alerta:

A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isso exige pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência de uma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado [...]. (Francisco, 2022, p. 83)

O Papa Francisco abriu o debate para entender e discutir o modelo de desenvolvimento atual, questionando até que ponto ele tem levado a humanidade ao ponto de estrangulamento do equilíbrio ecológico — o chamado ponto de irreversibilidade.

## 5. MEIO AMBIENTE DE ARACAJU

No ano de 2013, deixei a ESMP e me afastei da carreira, atendendo ao convite do então Prefeito de Aracaju, João Alves Filho, para efetivar a criação e montagem da Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju. O Prefeito autorizou a constituição completa da gestão municipal: foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, instituídos os cargos efetivos,

o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, sendo implementada, assim, a política ambiental do Município. Foi um desafio extraordinário: a difícil missão de ser gestor em uma área tão sensível. Aracaju, àquela altura, era a única capital sem órgão ambiental.

Cabe registrar alguns projetos relevantes, como a realização do concurso público para analistas e técnicos ambientais – com 30.000 candidatos disputando 64 vagas –, a criação do Parque Poxim, o programa Segunda Chance (voltado à recuperação do egresso do sistema prisional, posteriormente ampliado na gestão atual), plantios de árvores, ações de fiscalização, regularizações e demais medidas voltadas à consolidação de uma política ambiental.

Os secretários Augusto e Alan, que me sucederam, ampliaram e aprimoraram o trabalho da SEMA. Foi um aprendizado. Mas destaco outra coincidência: em 1998, um grupo de Promotores de Justiça – coordenado pelo Procurador de Justiça Fernando Ferreira de Matos, então Diretor do Centro de Estudos – realizou uma inspeção no antigo lixão do bairro Santa Maria. Nessa ocasião, o Promotor de Justiça Eduardo Seabra foi o cinegrafista da ação, que contou também com a presença de Cristina Mendonça, Izabel Abreu e outros colegas. Durante a visita, foram encontrados lixo hospitalar, crianças residindo no local e inúmeras situações degradantes. À época, Adriano – hoje presidente da Federação de Catadores de Recicláveis e reconhecido baluarte na luta pelos direitos da categoria – tinha apenas três anos de idade.

Essa ação inicial resultou na propositura de medida judicial por Rony Almeida, que determinou o fechamento do lixão – fato que só se concretizou em 2013, com a criação da SEMA. Vale destacar que a ação originária ensejou também a criação da CARE, programas de retirada de crianças do lixão, e do Recriarte – que acolhe os filhos dos catadores enquanto os pais trabalham. Direitos sociais passaram, então, a ser assegurados em um ambiente de trabalho estruturado para essa atividade. O Ministério Público do Trabalho tem contribuído significativamente para a manutenção das cooperativas.

Na época da criação da SEMA, foi destinada à CORES uma estrutura física do Município de Aracaju, localizada no bairro 17 de Março – hoje compartilhada com a União a nova cooperativa. Graças à atuação conjunta do MPE, MPTCE e MPT, o Município de Aracaju contratou a Federação dos Catadores para atuar na capital. Trata-se de ações importantes diante de um universo com grande volume de material reciclável, ainda que apenas um percentual reduzido venha a ser efetivamente reciclado.

## 6. PROMOTORIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Após esse afastamento, retornoi ao Ministério Público para atuar junto à Promotora de Justiça Adriana Ribeiro, na área ambiental. Posteriormente, os Procuradores-Gerais Rony Almeida e Eduardo D'Ávila implementaram, por sugestão do Corregedor à época, Dr. Carlos Augusto, a criação da 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, com atribuições abrangendo Meio Ambiente, Urbanismo, Relevância Pública, Patrimônio Público e Cultural. Para essa promotoria fui removido.

Mais recentemente, o Dr. Manoel Cabral Machado Neto transformou a 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão em mais uma Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, com atribuições idênticas às da 10ª, atualmente sob a condução da colega Ana Paula Costa Machado, em razão do elevado número de notícias de fato que chegavam diariamente – mais de 500 procedimentos administrativos e mais de 100 processos judiciais.

Da 10ª Promotoria de Justiça do Cidadão levo lembranças marcantes da importância da intervenção do Ministério Público para o conjunto da sociedade. Tratava-se de demandas concretas em uma cidade densamente povoada, com praticamente todo o território ocupado. Alguns temas se destacaram: poluição sonora (com a atuação firme do representante da Associação dos Moradores do Inácio Barbosa, Hunald

José de Lima – um verdadeiro lutador pelo sossego e tranquilidade da comunidade, exemplo de cidadania, a quem agradeço em nome de todos que colaboraram com a 10ª Promotoria); imóveis abandonados; resíduos sólidos; proteção de áreas ambientalmente relevantes; e regularidade dos serviços públicos.

Algumas ações foram inéditas e desafiadoras: uma Ação Civil Pública estrutural sobre a política estadual de resíduos sólidos, com 19.000 páginas; outra, também estrutural, tratando de poluição sonora, desobstrução de calçadas e ruas, com 7.000 páginas – demanda que atinge todos os bairros de Aracaju. Também houve procedimento voltado à implementação da REURB, coordenado pelo Procurador-Geral do Município, Sidnei Amaral, que culminou na edição da Lei nº 5.902/2024, tratando de imóveis abandonados na cidade.

Destaco ainda um procedimento sobre contaminação por agrotóxicos nos alimentos, no qual produtos agrícolas de todo o Estado de Sergipe passaram a ser examinados, com a participação da EMDAGRO e do ITPS, em atuação conjunta com a colega Cláudia Calmon. Esses são apenas alguns exemplos da relevância das ações dessa promotoria – muitas vezes imperceptíveis à sociedade, mas que resultam em mudanças concretas.

A partir de hoje, ao passar por determinados locais, vale lembrar: o Cacique Chá é resultado de uma ACP do MP; o Museu da Gente Sergipana, idem; o caso Marivan, também; 14 loteamentos regularizados pelo programa Aracaju do Futuro foram resultado de ACPs; a recuperação do prédio dos Diários Associados também foi viabilizada por atuação ministerial. Enfim, são muitos exemplos que demonstram a importância da atuação do Ministério Público na defesa dos interesses coletivos e individuais homogêneos.

Na 10ª Promotoria de Justiça atuei por sete anos em defesa dos interesses do povo de Aracaju, ao lado de uma equipe valorosa, que enfrentou uma demanda crescente sem recuar – especialmente quando apenas uma promotoria estava em funcionamento. Registro

aqui a dedicação de Anderson, Ariele, Catiane, Magali, Vitória, Helena, além de outros colaboradores que por ali passaram. Foi um trabalho exaustivo, mas profundamente gratificante em prol da sociedade.

Recentemente, foi criado o Grupo de Apoio Especial ao Meio Ambiente - GAEMA, atualmente em fase inicial de estruturação, com o objetivo de contribuir para a eficiência da atuação do Ministério Público. Já foram dados os primeiros passos, incluindo atuações conjuntas com o Ministério Público Federal, especialmente com a Procuradora da República Gisele Dias, na zona de expansão de Aracaju. Também foram expedidas duas notificações ao Estado de Sergipe e ao Município de Aracaju, tratando da temática das mudanças climáticas.

## 7. CONCLUSÃO

Neste momento, chego ao cargo de Procurador de Justiça pelo critério de antiguidade. Deixo aqui algumas linhas sobre meu antecessor, Luiz Walter Ribeiro Rosário – amigo, vizinho, excelente colega, que foi Presidente da ASMP, Secretário-Geral e Procurador-Geral de Justiça. Simão-diense, a ele meus aplausos pela trajetória institucional. Sucedê-lo também na ASMP. No entanto, há uma coincidência ainda maior: os caminhos da vida. Luiz Walter sucedeu meu pai, Fernando Matos, na 8ª Procuradoria de Justiça, e agora eu o sucedo. Cumpriu honradamente sua missão e encerrou com dignidade sua trajetória no Ministério Pùblico de Sergipe.

Guardo a lembrança do Colégio de Procuradores que conheci ao ingressar na Instituição, composto por: Eduardo Cabral, Moacir Motta, Costa Cavalcante, Fernando Matos, Eugênia Ribeiro, Manoel Pascoal, Darcilo Costa, Pedro Iroito Leó, Jorge Mesquita, Carlos Waldemar, Gilberto Vila Nova, Guilhermino Resende, José Carlos Oliveira, José Renato Lima Sampaio, José Andrade, Hely Henrique Soares, Sérgio Monte Alegre e Laurindo Campos – um verdadeiro resgate histórico.

Maria Eduarda, seu vô — como você me chama — tem um compromisso com sua geração: lutar pela integridade do planeta Terra, nossa casa comum; implementar a REURB com habitação social e regularização dos núcleos urbanos informais; garantir qualidade do ar, do solo e dos alimentos; e assegurar o direito intergeracional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Ao encerrar esses apontamentos da caminhada, fica a sensação do dever cumprido, mesmo sabendo que há ainda muito por fazer. As demandas só aumentam. É urgente a adequação do Plano Diretor de Aracaju, o Plano de Mobilidade, o Código de Posturas, o Código Ambiental e a legislação sobre mudanças climáticas — tema emergente que exige ação imediata. O caso do Rio Grande do Sul revelou a falha nas medidas preventivas.

Aracaju, cidade com reconhecida dificuldade de drenagem, precisa estar preparada para os efeitos das mudanças climáticas. O pesquisador do IPCC, Carlos Nobre, alertou para ondas de 3 a 5 metros em cidades litorâneas do Brasil em 2024. É preciso estar pronto para um novo momento de adaptação climática diante da desordem planetária imposta pelo Antropoceno (Angus, 2023).

Deixo a mensagem do poeta popular Xande de Pilares, na letra da música “TÁ ESCRITO”:

Quem cultiva a semente do amor  
Segue em frente e não se apavora  
Se na vida encontrar dissabor  
Vai saber esperar a sua hora

Às vezes a felicidade demora a chegar  
Aí é que a gente não pode deixar de sonhar  
Guerreiro não foge da luta e não pode correr  
Ninguém vai poder atrasar quem nasceu pra vencer

É dia de sol, mas o tempo pode fechar  
A chuva só vem quando tem que molhar  
Na vida é preciso aprender, se colhe o bem que plantar  
É Deus quem aponta a estrela que tem que brilhar

Erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé  
Manda essa tristeza embora  
Basta acreditar que um novo dia vai raiar  
Sua hora vai chegar

Erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé  
Manda essa tristeza embora (manda essa tristeza embora)  
Basta acreditar que um novo dia vai raiar  
Sua hora vai chegar.

## REFERÊNCIAS

ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si**. São Paulo: Paulus, 2022.

### Nota editorial:

O conteúdo deste artigo é de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es), não refletindo a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – Alese.

Está licenciado nos termos da Creative Commons – Atribuição-Não Comercial-Compartilhamento pela Mesma Licença (CC BY-NC-SA). Para mais informações sobre os termos da licença, acesse: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

